2014 janeiro 21

- 6 Votritaver - 1abstragede Ven dure Clandin Gans do 6mps do P.S. M.

CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA APROVADO

em reunião de 0 9 102 1201 4

Presidente

--- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 21DE JANEIRO DE 2014 -------- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho.------- A reunião teve início às quinze horas e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa e os Srs. Vereadores Silvino José da Silva Lúcio e António Amaral, pelo Grupo da CDU, os Srs. Vereadores David Mendes e Herculano Valada Martins e, pela Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra (CPFNT), os Srs. Vereadores António Jorge Lopes e Maria João Martins Canilho.-------- Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Irene Lameiro.---------- ANTES DA ORDEM DO DIA --------- O Senhor Presidente deu início à Sessão com a entrega dos diplomas de participação da Semana Gastronómica do Concelho de Azambuja, " A GULA", que decorrera de 1 a 8 de dezembro de 2013. Agradeceu a colaboração dos restaurantes na iniciativa que considerou enriquecedora para a divulgação do Concelho, e aos elementos do Júri a sua participação, nomeadamente aos Senhores Adolfo Henriques, Nuno Scares Dias e Filipa Franco, passando de imediato à entrega dos Diplomas de Bronze atribuídos aos restaurantes "Pôr do Sol II", "Totila", "Baú" e" o Migas ", seguiram-se os Diplomas de Prata atribuídos a " Restaurante pátio do Valverde", "Redes ao Mar", "Jorge da Musica", "O Parque", "Snoopy" e "O Picadeiro"; com diploma de Ouro foram distinguidos os Restaurantes, "Passedoble", "Oficina dos Sabores" e "O Parque" e galardoado com o Diploma Prestigio o restaurante " A Mercearia do Peixe". -------- Em seguida, o Senhor Presidente deu as boas vindas aos alunos do quarto ano da Escola Professor Inocêncio Carrilho Lopes que, com a professora Carla, ao abrigo do Projeto "Rota Urbana do Zambujinho", se encontravam na sala. Apresentou os restantes vereadores e fez uma breve apresentação às crianças presentes das funções de uma autarquia, explicando-lhes de forma sucinta o funcionamento de uma Reunião de Câmara e as atribuições de cada elemento do executivo.-------- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO -------- Nos termos regimentais o Sr. Presidente indagou se alguém do público quereria usar da palavra tendo-se dirigindo-se numa primeira abordagem às crianças presentes. -------- Intervieram, Ana Raquel, que perguntou porque é que em vez de se proceder ao desligar dos candeeiros da iluminação Pública não se usavam lâmpadas economizadoras, a Rafaela que indagou porque não tinham ainda aberto as Piscinas Municipais, a Beatriz que perguntou como era ser Presidente, a Maria Inês que perguntou como era ser Vereador, o Tiago que questionou como se tornara Presidente, a Maria, querendo saber o que o executivo pensava fazer em relação ao parque infantil que estava para ser remodelado, a Mariana que quis saber como era cuidar do Concelho de Azambuja, a Maria Madalena que perguntou se o cargo que exercia acarretava muitas responsabilidades, a Madalena Ryder que perguntou o que era um partido político e o Pedro que perguntou quem fora o primeiro presidente da Câmara de Azambuja.--------- Em resposta o Senhor Presidente referiu que a título experimental, já tinham sido colocadas algumas lâmpadas economizadoras no Jardim Municipal em Azambuja e estavam a decorrer negociações com a EDP para serem colocadas também algumas em Manique do Intendente e que no decorrer de dois meses se apuraria se a troca era favorável, comentou que com a dimensão do concelho, o número de lâmpadas a substituir e a conjetura económica, tudo teria de ser devidamente analisado para chegar a conclusões fiáveis.------ Quanto à abertura das Piscinas disse ser preocupação da Câmara e em particular dele próprio a célere resolução do problema sendo que, na semana anterior, estivera no recinto das piscinas, com o diretor do Agrupamento Escolar e técnicos da Câmara para ver o que se poderia fazer. Referiu ainda o interesse da Santa Casa da Misericórdia de Azambuja no assunto e que estavam a pensar numa parceria para poder proceder à recuperação das mesmas. -------- Para responder à Beatriz referiu que ser Presidente era gerir os destinos do Concelho em todas as áreas de intervenção e pensar a melhor forma de resolver os problemas que iam surgindo. Para responder à Maria Inês o Senhor Presidente solicitou ao Vice-presidente que o fizesse, ao que este disse que com as eleições o candidato da lista mais votada era eleito Presidente da Câmara e as pessoas que faziam parte da lista que o acompanhava eram designados vereadores a quem o presidente atribuía um conjunto de responsabilidades para o ajudar a gerir os destinos do Concelho, sendo para isso necessário tentar encontrar soluções para os problemas que iam surgindo no dia-a-dia dando cumprimento ao Plano de Atividades e ao Orçamento. -------

--- Retomando a palavra o Sr. Presidente explicou à Maria que estava em análise o deslocar do Parque infantil para uma outra zona do Jardim Municipal, por forma a não contrariar o afastamento de oito a dez metros a ambas as estradas exigido por Lei. Disse que cuidar de Azambuja era fazer o que de melhor se conseguisse para bem dos munícipes cuidando de situações que se prendiam com saneamento, acessibilidades, ensino e parques e jardins entre outras, na prossecução do bem-estar dos munícipes. Por fim explicou que o primeiro Presidente eleito democraticamente fora o Senhor Amadeu Bastos de Lima, para o mandato de 76/79.-------- Interveio o Sr. Gil Coutinho, para perguntar quando estaria concluído o sistema de Saneamento nos Casais de Baixo e solicitar o alcatroamento da sua rua, sita em Casais de Baixo, petição que já anteriormente formulara. Lamentou que as taxas cobradas pela Adaz para o despejo de fossas fossem tão elevadas para os seus parcos recursos, dizendo que as águas pluviais se infiltravam nos terrenos e na sua fossa, provocando o enchimento rápido da mesma, o que não aconteceria se o pavimento fosse alcatroado. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Vice-presidente que marcasse uma reunião com o munícipe para analisar todas as questões colocadas e que pertenciam aos seus pelouros por forma a ver o que a Câmara poderia fazer.----------------------- Tomou a palavra o Senhor Daniel Claro que disse que quando consultara a Ordem de Trabalhos e vira que um dos pontos a ser discutido era a atualização da tarifa de resíduos sólidos presumira que se trataria de um aumento da mesma, pelo que solicitou que a Proposta não fosse votada; em sua opinião o aumento traria consequências graves a nível económico e social a um concelho que, com a concessão das águas, se apresentava em quinto lugar em termos de preço da água. Em resposta o Senhor Presidente, referiu que a atualização da Taxa de RSU era um dos pontos da ordem do dia, que tinha feito reuniões com todos os Vereadores e lhes pedira que se pronunciassem, tendo o Vereador Lopes ficado de lhe pedir alguma documentação de que necessitaria para apreciação da Proposta, o que não se verificara, assim, aquando da discussão da mesma o Senhor Daniel Claro teria oportunidade ver esclarecidas as suas questões.-------- Interveio o Senhor Rodrigues de Almeida que, a propósito do estado de degradação em que se encontra o Palácio dos Condes de Aveiras, em Aveiras de Baixo, e a propósito das Declarações de Interesse Público emitidas, perguntou ao Senhor Presidente se a Câmara, em articulação com o proprietário, não poderia desenvolver um procedimento para concorrer a Fundos Comunitários que viabilizasse a recuperação do imóvel, ao que o Senhor Presidente retorquiu que tomara nota e veria com o legítimo proprietário o que este tencionava fazer.--------- Perguntou ainda o Senhor Almeida relativamente à pandemia do escaravelho das palmeiras, em que

--- Perguntou ainda o Senhor Almeida relativamente à pandemia do escaravelho das palmeiras, em que situação se encontravam as palmeiras do palácio da Rainha, ao que o Senhor Presidente referiu ter sido enviado um ofício com fotografias ilustrativas para a APA, o Senhor Vice — presidente tivera uma reunião em Santarém, mas a Administração Central por falta de verbas e meios, não se mostrara muito disponível para resolução do problema, tinha inclusivamente enviado um convite à Senhora Diretora Regional para se deslocar a Azambuja e constatar o estado crítico da situação; no entanto a Câmara estava a tentar de todas as formas resolvê-la e já tivera uma reunião com uma empresa local no sentido de se encontrar um inseticida eficaz na exterminação do escaravelho.

## --- INTERVENÇÕES DO PRESIDENTE E VEREADORES ------

.--- Tomou a palavra a Senhora Vereadora Maria João Canilho que felicitou o executivo pela decisão de adiar a data da realização da Feira de Maio, o que considerou sensato, e pela divulgação atempada no Site da Câmara. Continuando, perguntou se já tinha sido iniciado o processo de divulgação do certame, o que é que a Câmara pensava fazer para atrair visitantes estrangeiros, se havia intenção de instalar um local de divertimento musical noturno para a juventude, se já tinha sido escolhido o maioral da Feira, a quem iam ser encomendados os toiros, se havia algum apoio disponibilizado às tertúlias e se o Plano de Segurança da Feira já estava a ser pensado, ------··--- Perguntou ainda a Senhora Vereadora a propósito do quadro de pessoal da autarquia se os três lugares que iriam ficar vagas devido ao fim de comissões de serviço, se eram para preencher ou se estariam a pensar alterar o modelo de organização autárquico, ao que o Senhor Presidente disse estar a avaliar e a analisar o assunto após o que lhe diria o que decidira. Relativamente às questões acerca da feira de Maio, disse que a divulgação da feira de Maio estava já pensada mas que teria de ser avaliada e aprovada pela Comissão da Feira de Maio, que já houvera reuniões com o Vereador da Proteção Civil, o Comandante Operacional e a GNR para elaborar o Plano de Segurança da Feira e que as outras questões levantadas estavam todas a ser analisadas. O procedimento para aquisição dos touros ainda não tinha sido lançado, o representante das tertúlias não estava de momento em Portugal, já houvera conversações mas não estava ainda definido o maioral da feira; reconheceu que eram todas questões que tinham de ser tratadas atempadamente, era o que estava a fazer, mas que ainda não estavam definitivamente resolvidas salientando que faltavam ainda quatro meses para a realização do evento.-------- Disse ainda o Senhor Presidente estar a estudar uma ideia para fazer qualquer coisa na rotunda relativamente à AVINHO, e estar a pensar envolver a população escolar no assunto propondo-lhes a elaboração --- Interveio o Senhor Vereador David Mendes que solicitou a emissão de cartão identificativo das funções que temporariamente desempenhava na Câmara, perguntou se já lhe podia ser facultada a lista de asfaltamentos solicitada na Reunião anterior e, pegando no assunto abordado pelo Sr. Almeida disse ser este um assunto que sempre o preocupara. Em seu entender a Câmara poderia intervir no assunto em duas vertentes, uma cooperando com o proprietário para conseguir um financiamento que permitisse a recuperação, não sendo possível tal, desenvolver procedimentos que evitassem a derrocada e a completa ruina, ao que o Senhor Presidente anuiu. Relativamente às massas aplicadas referiu terem sido aplicadas duzentas toneladas na Rua da Caneira, ---------- Interveio o Senhor Vereador António Jorge Lopes para indagar se o plano de amortização de pagamentos mensal acordado com a ECOAMBIENTE, no valor de sessenta e cinco mil euros mensais, tinha sido cumprido, se fora efetuada a revisão ao contrato de prestação de serviços para recolha de lixo com a empresa e se o acerto de contas com os juros apresentados pela Ecoambiente fora ou não resolvido. Respondeu o Senhor Vicepresidente que o plano de amortização de pagamentos tinha sido cumprido na íntegra e que os juros nunca tinham sido debitados, uma vez que a Câmara tinha regularizado os valores em débito.--------- O senhor Presidente deu conhecimento da entrega pelo Senhor Presidente da Liga dos Bombeiros, do Crachá de Ouro à Câmara Municipal de Azambuja, como reconhecimento do apoio que esta sempre prestara aos Bombeiros e do Despacho que emanara a nomear uma Comissão de inquérito para averiguar e esclarecer o desaparecimento dos Processos de Contraordenação. ---------A ata da reunião ordinária realizada no dia 20 de Dezembro de 2012 foi aprovada com dois votos a favor dos Senhores Presidente e Vice-presidente e cinco abstenções dos restantes Vereadores. O Sr. Vereador António Jorge Lopes referiu que à semelhança do que acontecera anteriormente e pelo mesmo motivo se absteria na votação da Ata de 20 de Dezembro de 2012,----------A ata da reunião ordinária realizada no dia 17 de Dezembro de 2013 foi aprovada por unanimidade ----------A ata da reunião ordinária realizada no dia 7 de Janeiro de 2014 foi aprovada por unanimidade. --------------- PROPOSTAS --------- 1. Proposta Nº 3/P/2014 - Terminal Rodoviário de Azambuja – Hasta Pública (conclusão)---------

O Sr. Presidente informou que a Proposta não estava ainda cabalmente instruída, sendo a Propost
retirada
2. Proposta Nº4 /P/2014 - Protocolos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia
manutenção transitória
O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:
"Considerando que:
a) em setembro de 2010, o Município de Azambuja celebrou um protocolo de delegação de competência
com as Freguesias;
b) tal protocolo foi depois alterado, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2012;
c) nos termos da referida alteração, a Câmara Municipal delegou nas Juntas de Freguesia () o exercício d
sua competência relativamente a:
Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos dentro do espaço urbano;
Conservação e limpeza de ruas, passeios e outros espaços públicos em espaço urbano;
Gestão e conservação de espaços verdes com área contínua inferior a 500m2, à exceção da Junta d
Freguesia de Azambuja;
Gestão, conservação, reparação e limpeza de mercados retalhistas e de levante;
Concessão de licenças de ocupação da via pública para apoio à realização de obras de edificação, à exceçã
da Junta de Freguesia de Azambuja.
Considerando, por outro lado, que:
d) tais competências da Câmara Municipal se consideram tacitamente delegadas nas Juntas
de Freguesia, nos termos dos nºs 1 e 2 do art. 132º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
e) até à entrada em vigor dos acórdãos de execução dessas  delegações tais competência
são exercidas pela
Câmara Municipal, nos termos do nº 2 do art. 134º da referida Lei;
f) decorrem as negociações entre a Câmara e as Juntas com vista à celebração dos mesmos acordos d
execução, sendo previsível que tal acordo se verifique quanto a todas ou grande parte daquelas competência
que haviam sido delegadas;
Considerando, por último, que:
g) a Câmara e as Juntas entendem por razões de eficiência, eficácia, estabilidade e melhor prossecução
continuidade do serviço público a que se reportam tais competências ser preferível que o exercício das mesma
se mantenha, entretanto, nas Juntas,
Proponho que:
A Câmara Municipal delibere:
1. Manter transitoriamente em vigor os protocolos de delegação de competências celebrados com as Juntas
de Freguesia em 8 de setembro de 2010, com as alterações posteriores, até que ocorra a primeira das seguintes
situações:
i) celebração de acordo de execução de delegação das competências a que se reporta o referido protocolo,
ii) fim das negociações, sem êxito, relativamente a todas ou alguma das referidas delegações ou
decurso do prazo de 180 dias estabelecido no nº 1 do art.º 133º da citada Lei nº 75/2013
2. Atribuir à deliberação anterior eficácia retroativa a 30 de Setembro de 2013, nos termos do art.º nº 2
alínea a) do Procedimento Administrativo;
3. Submeter estas duas deliberações a ratificação da Assembleia Municipal;
4. Ratificadas que sejam pela Assembleia Municipal, submeter as referidas duas deliberações a ratificaçã
das Assembleias de Freguesia."
Uma vez posta a votação a Proposta nº4 /P/2014 foi aprovada por unanimidade
3. Proposta Nº 5/P/2014 - Atribuição de apoios - Bombeiros Voluntários de Azambuja
O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:
"Considerando:
que é competência da Câmara Municipal de Azambuja deliberar sobre as formas de apoio a entidades
organismos legalmente existentes – cfr. al. o) do art.º 33 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;
o pedido apresentado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Azambuja

Proponho:
que a Câmara delibere atribuir um subsídio no valor de 700.00 € à As Associação Humanitária dos Bombeiros
Voluntários de Azambuja, por ocasião do seu 82º Aniversário, para aquisição de equipamento de proteção
contra incêndios urbanos e industriais."
Tomou a palavra o Senhor Vereador David Mendes referindo que ainda que não estivesse contra o atribuir
do apoio financeiro, achava que a corporação deveria fazer anualmente uma estimativa de custos e a autarquia
deveria anualmente atribuir uma verba que compensasse as necessidades da corporação de forma a não ter de
vir constantemente à Câmara a atribuição de apoios para os mais diversos fins, disse ainda que os Bombeiros
deveriam ter mais apoio, inclusivamente do próprio Poder Central, ao que o Senhor Presidente referiu que ao
elaborar o Orçamento eram sempre incluídas verbas para apoio de cada uma das instituições, mas que esta e
outras do tipo, eram situações pontuais não previsíveis e que não estavam espelhadas nas verbas afetadas e
concordou plenamente com o ponto de vista do Vereador achando que o Poder Central deveria atribuir mais
apoios às corporações disse que quando da celebração do Aniversário dos Bombeiros tinha inclusivamente
abordado o assunto junto do Senhor Ministro da Administração Interna
Uma vez posta a votação a Proposta nº5 /P/2014 foi aprovada por unanimidade, não tendo o Senhor Vice -
Presidente tomado parte na votação da Proposta por fazer parte dos Corpos Sociais da Instituição
4. Proposta Nº 2/VP/2014 - Tarifa de Resíduos Sólidos atualização
Por solicitação do Senhor Vereador Lopes e com a concordância do Senhor Presidente e dos restantes
Vereadores a Proposta foi retirada, tendo o Vereador requerido a lista de documentos que a seguir se
transcreve que considerou indispensáveis para a apreciação cabal da Proposta
" Conforme combinado e relativamente à proposta acima identificada, requeremos que nos sejam entregues
os seguintes documentos,
1) Recomendação IRAR 1/2009;
2) Recomendação ERSAR 2/2010;
3) Parecer da ERSAR quanto aos regimes excecionais aprovados pelas propostas 53/P/2012 (famílias
numerosas) e 7/VSL/2013 (comércio de lavandaria/engomadoria/tinturaria);
4) Quadro com a evolução dos custos diretos totais referentes ao período 2009/2014;
5) Quadro com a evolução dos custos com Recolha e Tratamento (EcoAmbiente) no período 2009/2014;
6) Quadro com a evolução dos custos com Tratamento (Resioeste/Valorsul) no período 2009/2014;
7) Informação da receita adicional obtida com o aumento em 10% da TRSU em julho de 2010;
8) Informação da receita adicional obtida com o aumento da TRSU aprovado em dezembro de 2012;
9) Informação do valor faturado e efetivamente transferido pelas Águas de Azambuja e outras entidades a
título de TRSU em 2013, com indicação das respetivas datas de transferência para a Câmara;
10) Estudo que foi acordado realizar entre os Serviços Técnicos da Câmara e a EcoAmbiente, conforme
consta da acta da reunião de 14/10/2011
Mais requeremos que sejam realizados os seguintes estudos técnicos (e que os mesmos nos sejam entregues):
1) Estudo pelos Serviços Técnicos para análise da transferência da indexação da TRSU do consumo de água
para o consumo de eletricidade;
2) Parecer pelo Consultor Jurídico, Dr Manuel Rodrigues, para análise da possibilidade de alteração
do contrato de concessão das Águas de Azambuja, tendo em vista garantir a transferência da receita da TRSU
até ao 8.º dia do mês subsequente à sua efetiva cobrança;
3) Estudo pelos Serviços Técnicos para avaliação do impacto da Taxa de Proteção Civil no global da fatura da
água, à luz das recomendações do ERSAR (taxa de esforço)
da reunião de ontem, ao contrário do que pretendíamos e que havíamos transmitido"
5. Proposta Nº 1/VAA/2014 - XXXII Concurso de Vinhos do Município de Azambuja - Regulamento
O Senhor Vereador António Amaral, apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:
A Realização anual do Concurso de Vinhos do Município de Azambuja, aberto a todos os produtores de
vinhos brancos e tintos da área do Município;
A sua atual insercão na Avinho Festa do Vinhos e Das Adeaas

Iendo a nonra de propor:
A Camara Municipal de Azambuja, delibere aprovar as Normas de Participação do XXXII Concurso de Vinhe
do Município de Azambuja – Colheita de 2013
XXXII CONCURSO DE VINHOS DO MUNICÍPIO DE AZAMBUJA - COLHEITA DE 2013
Normas de Participação
Serve o presente para definir as normas de participação das candidaturas ao XXXII Concurso de Vinhos o
Município de Azambuja
I - CONCORRENTES
1 O XXXII Concurso de Vinhos do Município de Azambuja é aberto a todos os produtores de Vinhos Brancos
Tintos da área deste Município
2 A inscrição só será considerada mediante a apresentação da declaração da produção Vitivinícola do ano c
2013. (MANIFESTO DO VINHO)
3 Não é permitido o desdobramento da declaração vitivinícola do concorrente por pessoa de família
II – <u>INSCRIÇÃO</u>
4 A inscrição do produtor no concurso será feita na Junta de Freguesia respectiva, ou na Câmara Municipal.
5 A recolha será efetuada pela entidade organizadora, conforme calendarização previamente elaborada
assinalada no documento publicitário de divulgação
III – <u>AMOSTRAS</u>
6 Apenas concorrem os Vinhos Brancos ou Tintos da campanha vinícola de 2013
7 De cada espécie de vinhos serão colhidas 4 (quatro) amostras, em garrafas de vidro escuro, de 0,75 litro
fornecidas pela Câmara Municipal de Azambuja
8 As colheitas serão feitas por pessoal da Organização
IV – <u>CLASSIFICAÇÃO</u>
9. A classificação será feita separadamente para Vinhos Brancos e para Vinhos Tintos, tendo em atenção
resultados das análises e da prova.
10 Pela análise sumária, efetuada em laboratório com um técnico credenciado, serão excluídos os vinhos cu
acidez volátil corrigida seja superior a 1 (um) grama por litro, expressa em ácido acético, ou cujas restant
características não obedeçam às disposições legais, sem tolerância
11. Simultaneamente, será feita a prova, excluíndo-se os vinhos que apresentem defeitos evidentes
12. As amostras, colhidas pela Organização nas adegas dos produtores, depois de analisadas e aprovad
no laboratório com um técnico credenciado e cujos vinhos sejam considerados em boas condições, será
admitidos a concurso.
13. Os vinhos que forem aprovados na seleção anterior serão, assim, presentes ao Júri para classificação
14. A decisão do Júri é soberana, não havendo lugar a recurso
15. A classificação final do Município será divulgada por ocasião da ÁVINHO de 2014 em Aveiras de Cima
V – JÚRI
16. O Júri será composto por Técnicos de reconhecido valor dentro do sector.
17. Não é permitido a qualquer membro do Júri concorrer com qualquer tipo de vinho VI – PRÉMIOS
18.Os prémios serão atribuídos por ordem da classificação final obtida
19. A todos os participantes será atribuído um diploma de participação
20. Os prémios para os <u>VINHOS TINTOS</u> serão os seguintes:
1º. PREMIO – IROFEU
2º. PREMIO – TROFEU
21. Os prémios para os <u>VINHOS BRANCOS</u> serão os seguintes:
1º. PREMIO – TROFEU
2º. PREMIO – IROFEU
22 Aos restantes vinhos aprovados para a final, poderão ser atribuídas <u>MENÇÕES HONROSAS</u> , por decisão o Júri
JUII

23 Todos os prémios serão entregues a título definitivo, acompanhados do respetivo Diploma
Tomou a palavra o Senhor Vereador David Mendes dizendo que relativamente ao número V do regulamento - nomeação do Júri — este deveria ser devidamente designado com a indicação do nome dos elementos e respetivas habilitações Literárias e que, na sua opinião, seria um maior incentivo se os prémios atribuídos aos produtores fossem pecuniários. Se a Câmara estivesse em condições de o fazer, seria preferível retirar a Proposta para que fosse alterada a forma de atribuição de prémios. A manter-se o teor da Proposta abster-seia na votação da mesma.
O Senhor Vereador António Jorge Lopes manifestou concordância com as sugestões apresentadas pelo Senhor Vereador David Mendes e sugeriu que a proposta fosse objeto de correção
Tomou a palavra o Senhor Presidente que afirmou não ser possível, este ano, proceder à alteração sugerida. As verbas afetas à AVINHO já se encontravam definidas, pelo que seria uma questão a ponderar para o próximo ano
Uma vez posta a votação a Proposta nº 1/VAA/2014 foi aprovada com seis votos a favor (PS , CPFNT e Vereador Herculano Martins) e uma abstenção do Sr. Vereador David Mendes da CDU
1. Departamento de Administração e Finanças — Divisão Financeira — Contabilidade — Resumo da Execução Orçamental - <i>Período de 1/1/2014 a 14/1/2014</i>
2. Departamento de Administração e Finanças — Divisão Financeira — Aprovisionamento Adjudicações de Bens e Serviços de valor ≥ 25.000 Euros — Período de 12/12/2014 a 16/1/2014
<b>3. Departamento de Administração e Finanças</b> — Divisão Financeira — Aprovisionamento Adjudicações de Bens e Serviços ao abrigo Art.º 75 da LOE — Período de 3/1/2014 a 16/1/2014 ————————————————————————————————————
4. Departamento de Administração e Finanças — Inf. Nº 1 P/2014/DAF — Modificação ao Orçamento
Eram dezoito horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pelo Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro, sob cuja responsabilidade foi elaborada